

Sanduiche

Será a sessão:

António Sampaio

Acta nº 24 - 1983.

Aos trinta dias do mês de Setembro de mil novecentos e oitenta e três, horas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala das Sessões dos Paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal, para a sua quarta sessão ordinária, eceu a seguinte ordem de trabalhos:

1 - INFORMAÇÕES

2 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL;

3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DA CÂMARA PARA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA SUPERIOR A 10.000 EOUTOS (GIMNO DESPORTIVO);

4 - Parecer sobre a revisão da legislação enquadrante da actividade das Autarquias locais, solicitado pelo Ministro da Administração Interna.

Na abertura da sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal saudou a população de Cunhaia presente e fez votos para que a rotatividade do local das reuniões da Assembleia Municipal fosse maior para uma maior aproximação entre os órgãos autárquicos e as populações que os referem, deixando ainda referido a pesadelo de não faltar a reunião, os elementos da população presentes poderiam intervir de acordo com o disposto no número três do artigo vinte e dois do Regimento da Assembleia.

Foi feita a chamada aos membros da Assembleia verificou-se que faltaram os Senhores Fernando Guedes Soares, Vieira de Oliveira Moreira, António António Pereira Frates, José Marques Carreiro Cunha, Raulino Lameira Pacheco Gilélio e Alexandre dos Reis Amador. Apurada a existência de quorum iniciou-se a reunião com a leitura da acta da sessão extraordinária realizada em vento e maré dia vinte de mil novecentos e oitenta e três, que foi aprovada por

unanimidade.

Antes da ordem do dia foi apresentada pelo seu deputado municipal José Eduardo Mendes e aceite para discussão e votação, houve votos a favor e cinco abstenções a seguinte moção:

considerando a recusa sistemática na cedência do autocarro aos membros da Assembleia para se deslocarem para uma sessão da própria Assembleia;

considerando a disponibilidade da câmara relativamente às diversas reuniões, insiduições, e de, o que atí levava na maioria dos casos.

considerando que a câmara se deve de linhas tratar para atingir os seus objectivos, isto é não concordando com as sessões mas freguesias não facilita o transporte.

considerando que ao condado da câmara pensamos que, não por hábito, mas pelo menos para a oportunidade de mostrar como funcionam e para que servem as insiduições a que os eleitores foram chamados a votar e a ouvir, se assim o entendessem, os seus problemas.

Pensamos que deveríamos manifestar o nosso desacordo, mesmo descontentamento por tal decisão, que resulta, pelo menos, pouco espírito de colaboração.

O seu primeiro secretário, no âmbito da discussão desta moção, criticou a actuação da câmara pela não cedência do autocarro, referindo que a câmara, não tinha tido em consideração o respeito e a dignidade que merecia um órgão como a Assembleia Municipal e os seus membros. Referiu-se ainda à situação pouco justa e immoral de os deputados Municipais se deslocarem pelos seus próprios meios enquanto o seu presidente da câmara e vereador presente na reunião se tinham deslocado em viadura do município.

Disse não entender como pode o autocarro do município, servir para efectuar excursões feadistas com os reformados afim de disponibilidades, o que na verdade, é não poder estar ao serviço de um órgão autárquico tão importante

Gancho

ocorreu a Assembleia Municipal. O Sessão expectada ficou a paralisação durante o interregno com seguida para recordar que só afrom após alguns anos de existência da Assembleia Municipal, se fizer assumir a realização das reuniões deste organismo, para que as preparações das freguesias tivessem conhecimento antecipado do seu funcionamento das questões aí tratadas e possibilidades de procederem imediatamente. Relativamente à questão do audocarro lamentou que só agora se deu o encocido o problema, quando os deputados Municipais reunidos na sede do concelho direcionaram necessidade de se destocar e não desde o inicio, pois os deputados municipais residentes nas freguesias deu-se destocado sempre para a sede do concelho pelos seus próprios meios. Fim da mo acidente desta discussão interveio o Sessão Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que (referiu) conveceu por ter o ofício em que se pedia à Câmara o audocarro e a respostas desta. Referiu que embora concordando que não se aconcretizasse criar sindicatos de eleição e da direcção a udilização do audocarro parecia-lhe ter sido mais correto da parte da Câmara ceder para esta reunião o audocarro, visto que se dirinha pedido ao pressuposto que era ia ser udilizado para a destocagem dos membros da Assembleia Municipal. Referiu ainda que é devidamente era condizente que o Sessão Presidente da Câmara e Vereador presente se deslocado numa reunião Municipal para uma reunião para a qual tinha sido negada a cedência do audocarro para a destocagem dos deputados Municipais. No final da sua intervenção propôs concordantemente que em proxima reunião da Assembleia Municipal esta se pronunciasse sobre o resultado da udilização do audocarro. Vesta à votação a proposta, foi votada com ~~ONZE~~ VOTOS a favor, ~~ONZE~~ abstenções e ~~ZERO~~ VOTOS contra. Durante este período de antes da ordem do dia foi apresentada proposta escrita pela ADIANTADA PODO UNIDO e aceite para discussão e votação, por ~~ONZE~~ VOTOS a favor e ~~NOVE~~ abstenções a seguinte proposta.

Considerando que o desumprido no nosso concelho já

uma realidade que afecta neste momento diversas de famílias e as prospectivas que se avisinhau são sombrias modisadas pela seca que se arrasta há anos por um lado e por outro pelo mau uso da agricultura que está à vista, e devido a essa conta que o nosso concelho é essencialmente agrícola e de acordo com os numeros de assentados que conhecemos em paróquia desta freguesia da encosta, constatado ainda que foi a Reforma Agrária que acabou com este projecto e que é a sua dureza que leva a esta situação, devido esta Assembleia Municipal manifestas juntas dos órgãos de soberania (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GOVERNO, GOVERNADOR CIVIL) as preocupações desta situação e que seja feita em adequação para que seja encorajada uma solução. O. Seus deputados Municipais Moisés estando interessado sobre o entendido nesta moção, tinham referido que a cooperativa Agrícola da encosta foi o ponto de desenvolvimento da freguesia da encosta ocupando diversas de máquinas, milhares de hectares de fáceis e acidentados com o desemprego. Referiu-se a situação de reservas aos chamados "pequenos agricultores" em todos os concelhos: jardineiros, sapateiros, carpinteiros etc. Ficou a polémica de "crédito Agrícola", considerando que não foram as cooperativas que beneficiaram com esse crédito, conforme afirmavam as vozes contra a Reforma Agrária e finalmente informou que quarenta e quatro trabalhadores da encosta fizeram um abaixo-assinado à câmara pedindo trabalho, informando ainda que com a desunião próxima da cooperativa, seria mais difícil os trabalhadores seu emprego. No anexo da discussão desta moção o seu deputado Municipal Vassués Borreiro fez uma intervenção em que se referiu a dados da distrital sobre o desemprego no Alentejo, fornecidos pelo governo do Boco central e apresentou uma moção relacionada com este assunto.

Considerando-se negocial a discussão sobre a moção dos direitos da África Povo Unido, foi a mesma posta à votação e aprovada com o seguinte resultado. CATORZE VOTOS A

Carvalho

favor, UM CONTRA, e SEIS ABSTENÇÕES. Passou-se depois à votação da aceitação da moção dos Senhores VARRINHO CORRETO que a seguir se transcreve e que foi aceite por VINTE VOTOS A favor, DUAS ABSTENÇÕES e ZERO CONTRA.

MORAD - Esta Assembleia recomenda à Câmara Municipal que esteja atenta ao problema do desemprego, já anuíciado pelo actual governo do Bloco Central e não esquecendo a importância das providências fulgadas necessárias para adotar das frações no nosso concelho.

Lembrando em seguida o Senhor Moinhos Catado que referiu naquela ocasião das atribuições e responsabilidades da câmara para resolver o problema do desemprego, ainda que fosse e dever tomar medidas para adotar das frações no nosso concelho. disse ainda que a situação de desemprego não só motivada pelo actual governo central; pois segundo a sua opinião, o de governo PS/PSD não foi mais do que condicionar a posição do governo AD, fazendo afastar as dificuldades da vida e o desemprego. O Senhor deputado Municipal Manoel Isac, ao intervir sobre o conteúdo desta moção referiu que a câmara deve também a ver com a situação do desemprego, criando parques industriais e fomentando outras iniciativas. Referiu ainda que também o "fascinismo" tinha culpa na situação a ser retida. Terminado o período da discussão da moção foi a mesma posta à votação e aprovada com os seguintes resultados: QUINZE VOTOS a FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA e DUAS ABSTENÇÕES. Fizeram declarar o voto os Senhores Moinhos Catado, José Joaquim Matheus e ANDRÉ VINA GOM. O Senhor Moinhos Catado declarou que votou a favor por considerar que o problema do desemprego é uma realidade no nosso concelho, embora na sua opinião não seja a câmara que tem de resolvê-lo. Apresentou também para rebater a afirmação do Senhor Manoel Isac sobre a responsabilidade do chamado "fascinismo" na presente situação, tendo declarado que foi durante esse período que praticamente não existiu desemprego. O Senhor José Joaquim

Mendes declarou que embora votasse favoravelmente a moção, considerava que o problema do desemprego foi originado pela Revolução e seus sucessivos governos. Os Srs. Andrade Viana e declararam que votariam a favor da moção por ela se referir a uma realidade social para a qual é infeliz encontrar soluções, o desemprego, e se abertas a canais para este problema.

Ainda antes da ordem do dia foi feita a encarregada da Assembleia, a possibilidade de se discutir e votar a proposta em duas ou três sessões de discussão e votação de acordo com o prazo solicitado pela Câmara, foi após a discussão da ordem de trabalhos desta reunião. Após longo análise destas questões foram apresentadas duas propostas orais em alternação; uma que propunha que se discutisse e votasse nesta reunião a proposta; outra que apontava para a necessidade da proposta ser objeto de debate em reunião extraordinária, a realizar o mais breve possível. Foi aprovada a segunda proposta com DEZASSÉTE VOTOS e rejeitada a seguinte com QUATRO VOTOS.

Passou-se depois na ordem do dia com o ponto 1 - INFORMAÇÕES. O Presidente da Assembleia informou que não tinha receber nenhuma comunicação para a ultima sessão da Assembleia Distrital realizada no dia NOVE de Agosto de mil novecentos e oitenta e três, de que resultou não ter comparecido a dísp sessão. Informou ainda receberimento de seu livro sobre os resultados das ultimas eleições autárquicas e exemplares do MUNDO QUADRADO.

Passou-se depois para o segundo ponto da ordem de trabalhos, dando o Sr. Dr. Presidente da Câmara presidido inicialmente da sua indenização a favor do Sr. Vereador Jardim Valério, presente na reunião. Na sua indenização o Sr. Vereador começou por afirmar que embora sendo suspenso já pelo juiz do Trânsito, não tinha vindo para discussão à Câmara e por isso se tinha deslocado em via pública Municipal.

Em retaliação ao autarcas lembraram que o julgamento da utilidade do autarcas tinha sido votado pelo executivo e até os Vereadores da oposição votaram favoravelmente. Nesse julgamento, disse, estava claramente definido quem podia utilizar o autarcas, não tendo na altura da discussão do

Sanduo

mesmo, surgiu qualgum protesto de cedência do autocarro para a assembleia municipal. Todas respostas à indenização dos senhores vereadores e Presidente da Assembleia, disse que os deputados Municipais também não tinham ido fazer turismo à encosta e quando a cedência do autocarro para a Assembleia Municipal era bom de se conta que o autocarro é propriedade do Município e que a Assembleia Municipal é seu órgão autárquico do Município com as suas atribuições específicas e que no ponto de vista da Carragem é a de considerada acima da escala.

Sucedeu em seguida o Senhor Presidente da Câmara que começou por referir-se à existência de verbas da Câmara para a dar com o problema do desemprego, referiu ainda que deu feito contactos para criação no concelho de novos postos de trabalho, pouco aí a disposição dos investidores diversos lidos para aí para.

disse que a Carragem do Piso, que podia ter sido um benefício para o concelho, hoje é uma realidade difícil de enunciá-la porque já está a cerca de TRÊS MILHÓES de contos. Informou que a Câmara tem ontem dimitido em milhão e meio e cem mil contos e que no ano milhão e meio e cem mil contos e cem mil contos, numa altura em que inflação é mais elevada. Referiu-se finalmente a compra do carro ao díxio que estaria cerca de SETE MIL CONTOS. Desmuniu esta primeira indenização do Senhor Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia. Isto é consideração da mesma a possibilidade da participação da Cidade presente a esta reunião poder interrogar após estas esclarecidas o período distinção ao segundo ponto de ordem de trabalhos o que foi aceite pela Assembleia. Sucedeu-se depois meu período de questões postas pelos senhores deputados Municipais ao Senhor Presidente da Câmara que a seguir se refere. O Senhor Mário Costa o interrogou a Câmara sobre o que pensava fazer em termos de enunciamento à medida que da Assembleia que ficou em grande desacordo após a instalação dos factos - da sua - o Senhor Mário Costa, levantou o problema das evanescências da sua função ao considerar o possivel perigo de contaminação, que disse, segundo a opinião dos senhores

Decidida Décima exisdia, devendo dar-se o problema da
Habitação da Medicina, Senhora Doutora Rufina, que se fez as
informações que têm de haver sido fornecidas se iria embora
do concelho por considerar más horas da parte da Câmara
visitada a Dr. Aranha habitação - Rota directamente à
questão da Habitação da Medicina, o Senhor Presidente da
Câmara, respondeu que a Medicina em causa se quisesse já
ter casa arranjaria a Décia, mas que não poderia ter casa em
barra causa previdência. Sobre más horas respondeu a Medicina em
duvidas de afazeres o que compete é subdelegar a quem
devem o problema se reconhecerem fáceis a sua probabilidade
de resolução. Interviu em se fui da o Senhor Mário Estrela
que relativamente à questão da Habitação da Medicina, disse
não se podesse por um fi de fiscalidade, relativamente à
disponibilidade financeira, os Médicos que fizerem clínica particular,
que podem comprar casas e pagar rendas elevadas e os Médicos
que trabalham apenas nos Hospitais caem o caso da Medicina
em causa. Recordou ainda que muitos concelhos sadadas
possibilidades aos médicos, caem nisto é sua fixação. E
concretamente em Braga, segundo informação que recebeu,
tinha sido dada gratuitamente, casa a seu específico - Na
continuação da sua intervenção o Senhor Mário Estrela perguntou
qual o motivo porque, reconhecendo a Câmara que tem
insuficiências de rebandas não luta pela aplicação da lei das
finanças locais. Permitam ainda quais foram as posições da
Câmara relativamente aos casos de paralisação das obras da
Barra em do Lisão e Azevedo. Concluiu que a Câmara nada tinha
feito relativamente a estas questões, dizendo que a Câmara imunda
mas as obras são poucas.

Seguiu-se no uso de palavra o Senhor Adjunto ao Municipal Joaquim
Santos Henriques que abordou as seguintes questões: Que já fez
o executivo em relação à elaboração desta Assembleia sobre
o Professor Joaquim Nogueira? Quais as deficiências, faltas
sobre o ensino universitário oficial, quanto vai o assunto
da preservação dos postais portugueses, i possivel sair nesti

Envelope

mencionado os factos feitos com as comemorações dos 750 ANOS do festejo? interroga em seguida o Senhor Presidente Drac, que lembrou o problema das águas do Rio Tejo do lado sul poderiam provocar sustaminação dos protestos das festas refeitas com essas águas. Referiu-se no uso de parceria o Senhor Presidente da Assembleia que lamentou o fecho da Praça do Parque da Avenida 25 de Abril e considerou a ser a mesma, de madeira revestida e com os caracteres pouco visíveis e oferecerem esse nome ao seu grupo político, AP, uma praça em marmore noiva, para ser colocada em substituição da existente, caso a câmara não dispor para rebatas para tal, isto porque, disse, a data do 25 de Abril é muito querida pelo seu grupo político. Desta forma quanto ao problema da Praça das Flores para a Praça das Flores, disse que o fundamental é que fosse encerrada numa solução a conduta da câmara e da médica e que era preciso dar um endereço a opinião da população. Que considera que a técnica da saúde em questões das festas ao concelho. Na consideração da sua intervenção perguntou ainda qual era a responsabilidade da câmara em relação à construção da Praça de Dous de Julho da Amadora e de um possível projeto de outra Praça de Dous de Julho na Charneca, perguntou o que se passava com as obras de alteração do bairro da Santa Catarina, e finalmente pediu informações sobre o concurso para pessoas das cidades da câmara. Em resposta às estas últimas questões o Senhor Presidente da câmara referiu que se fundo direito conhecimento os ofícios da fronteira, tanto o do Estado para com a comunidade que pequena. Quanto ao concurso disse ter sido peritado e que foi aberto concurso público, tendo sido promovidos os três funcionários que estavam em condições de concorrer. Relativamente à Praça de Dous de Julho da Amadora respondeu que a Praça era da responsabilidade da Junta de Freguesia respectiva e sobre a da Charneca não tinha qualquer conhecimento, sobre a criação do bairro municipal oficial disse que o assunto não havia sido discutido, mas que havia dificuldades de contactos com as pessoas do Ministério.

Finalmente sobre os fundos com as comemorações dos 750 ANOS de São Paulo, disse não ter sido da responsabilidade da sua finanças nem ter ainda sacrificado o luxo dos festejos dessa comemoração e portanto não salões as refeições festas.

Indagou-se depois no período de interrogatórios da população, dando o primeiro indiciamento, José Antônio Gonçalves, referindo que a câmara devia redimir o quanto tivesse sido feito para utilização do anel dourado pela Associação de São Bento da Cunhaia. Aproveitou ainda para fazer considerações acerca da crise da sua pequena empresa, para refletir que desconfia que havia disponibilidade da câmara para cedência de fundos para empresas que quisessem instalar-se no concelho. Indagado em seguida o deputado da população, Antônio Freire, que se referiu ao aumento do preço da farinha, causando um aumento que não se direcionou para os bens beneficiados para a especulação, como aconteceu com a indústria. Disse ainda que ao alcaide o Senhor Presidente sobre este assunto o mesmo lhe respondeu que onde ia buscar a farinha, que estava perto, que fosse buscar aí! Passou-se depois para a discussão do ponto de vista dando o Senhor Deputado Estadual referido que aprovaria a proposta apresentada pela câmara, mas que era importante que esta visasse em consideração a necessidade de dar a prioridade aos concorrentes com instalações no concelho, de forma a aumentar o emprego. Posta à votação a proposta apresentada pela câmara, para autorização de despesa por administração direta orçada em cerca de 27.000.000 \$ - SITUAÇÃO DESPESAS, foi a mesma aprovada com o seguinte resultado: DEZASSETE VOTOS A FAVOR, TRÊS ABSTENÇÕES E ZERO CONTRA. O Senhor primeiro secretário foi declarado de voto, dando o período que se observou por comissão que faz à situação de crise e de carências reconhecidas pelo próprio Presidente da Câmara, falta de verbas, falta de casas, infestas por tapav, médicos em casa etc., mas acha muito justo, em termos de prioridades, avançar-se para a construção de seu

Saudade

firmado despacho. Os Seus Honrados deputados Vairinho Borreiro, fez uma declaração de voto, justificando a sua abstinência, do mesmo modo da do seu Primeiro secretário. Deste modo ao adiantado da hora foi decidido não tratar o último ponto da ordem de trabalhos, que passou para a sessão extraordinária a realizar um 6º DUBEDO.

Enviámos mais haveres agradecendo a sessão que se realizou a sessão em que se lavorou a presente acta que vai por vossa assinatura 2º Secretário e pelo Presidente da Assembleia Municipal.

François José Soeiro Marques Seara
António Soeiro Marques

ACTA N° 25 - 1983

Os reuniu e uns dias do mês de Junho de mil novecentos e oitenta e três, pelas reuniões e uma hora, reuniram extraordinariamente a Assembleia Municipal do concelho de Almeida, no Salão da Junta de Freguesia de Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 - Parecer sobre a revisão da despesa sugerida ante a actividade das autarquias locais, solicitado pelo Seu Honrado Ministro da Administração Interna.

3 - Discussão e votação da tabela de taxas e licenças para o ano de 1983.

4 - Apreciação do resultado da utilização do orçamento da Câmara.

Feita a chamada dos membros da Assembleia, verificou-se que faltavam os Senhores Alexandre dos Reis Amador, Manuel Rodrigues Sampaio, Viriato Ferreira Pires, António José Vairinho Borreiro, Augusto Guededo Gonçalves Arruda, Manuel Isac Nogueira Mendes Correia, António Soeiro Ladeira, José Lourenço dos Reis Monteiro, António José Soeiro Frata, José Manuel Ribeiro Ladeira, Manuel Júlio Soeiro e José Mário Soeiro Marques. Apurada a existência de quorum iniciou-se a reunião com uma sondação